

Mudança no currículo divide professor

Implantação da Escola Candanga nos colégios da rede pública, que acaba com o nome das matérias, é discutida e ainda provoca dúvida

Sílvia Araújo
Especial para o Correio

O novo método de ensino escolar do Distrito Federal causa polêmica nas escolas. Dos 324 estabelecimentos públicos de ensino fundamental, 188 já aderiram à proposta do governo, mas a metade ainda tem medo das mudanças. Segundo a diretora de Pedagogia da Fundação Educacional, Inês Betttoni, o temor se deve ao desconhecimento do projeto. "Estamos realizando estudos e reuniões para explicar a esse respeito. Esperamos que até o ano que vem, mais 64 escolas se juntem a nós".

Ela explica que com a implantação da escola Candanga o ensino vai ocorrer de forma integrada. Os alunos não vão aprender matemática, português, geografia, isoladamente. "Não queremos apenas ensinar o que é monossílabo, ditongo e sim, em que a criança vai aplicar o que aprendeu. Queremos mostrar, para o aluno, o porque dele estar aprendendo português". Ela acrescenta que a criança estuda matemática e depois não sabe nem como usá-la no dia-a-dia.

É isso que as escolas não entendem. Segundo Inês Betttoni, elas pensam que o novo sistema vai exterminar com as disciplinas. "Não é isso. As disciplinas vão continuar existindo só que de uma maneira diferente. Vamos aplicá-las fora dos padrões normais que conhecemos até hoje", informa. Ela conta que as mudanças começam a partir dos nomes das matérias que vão se tornar inexistentes. Além da carga

horária de aula, que vai aumentar em uma hora.

Ela diz ainda, que nesse método, o Ensino Fundamental que corresponde ao 1º grau, é dividido em três fases: Primeira formação — para as crianças de 6 a 8 anos. A segunda — de 9 a 11 anos e a terceira — de 12 a 14. O Distrito Federal não é o pionero na implantação do novo currículo escolar, no Brasil. A cidade de Porto Alegre já utiliza o sistema há 12 anos. Belo Horizonte aplica desde 1989. O modelo é importado de países europeus.

SEM PROFESSOR

A meta é de que as mudanças atinjam também o 2º grau. Mas a diretora afirma que vai demorar alguns anos, pois a Fundação Educacional ainda realiza estudos sobre o ensino médio. "Por enquanto o 2º grau vai permanecer como está", garante.

A diretora faz questão de explicar que as escolas que aderiram à proposta o fizeram de livre e espontânea vontade. "Ninguém é obrigado a aceitar. Nós damos livre arbítrio para cada estabelecimento de ensino. Mas o ideal é que todas participem", ressalta.

Apesar das mudanças, as crianças vão continuar tendo aulas de religião, no sistema da escola candanga. De acordo com a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1996, o ensino religioso é obrigatório nas escolas públicas. Mas o aluno tem o direito optativo. "A escola tem obrigação de oferecer a religião ao estudante, mas ele estuda se quiser", explica.

Carlos Moura 3.12.97



Na Escola Candanga o aprendizado das matérias é feito sem a preocupação de denominar as matérias, mas alguns professores ainda rejeitam a mudança

A diretora da Escola Classe 102 Norte, Janilda Souza Almeida, lamenta que a escola Candanga ainda não tenha sido implantada em seu colégio. "A escola Candanga é implantada gradativamente. Só no ano que vem vamos poder desfrutar de suas mudanças tão necessárias", diz.

Ela afirma que tudo mudou, menos as escolas. "O método que ensinou minha avó a ler, foi o mesmo

que ensinou a mim, a minha filha e que ensina a minha neta", comenta.

INSATISFAÇÃO

Mas nem todos estão satisfeitos com a proposta de mudança. O Jardim de Infância da escola Normal na 907 Sul, está sem professores de Educação Artística e Física em decorrência dessas reformulações, como conta a professora Andreia Cristiane Lima. Ela diz que os profissio-

nais da área foram retirados do estabelecimento e a única informação que receberam é de que vai haver mudanças para o próximo ano.

"Para preencher o quadro de aulas, nós (as professoras do Jardim) é que estamos dando estas matérias. Mas o ideal é que tenha um profissional da área. Não temos muita experiência nestas disciplinas", alega.

Mas a diretora de Pedagogia da Fundação Educacional, Inês Betttoni

explica que não deve existir professores destas disciplinas para o jardim de infância. "A escola Normal dispunha destes profissionais erradamente. Era um equívoco pedagógico de quem dirigia o estabelecimento na época", justifica. Ela acrescenta que com a implantação do projeto nenhum professor vai dar aula na matéria em que se formou. "Vai haver uma integração entre os professores", assegura.